

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

O Município de Cedral, pessoa jurídica de Direito Público interno, representada por seu Prefeito, Paulo Ricardo Beolchi De Lucas, torna público, para conhecimento de todos os interessados que realizará Licitação na modalidade **CONVITE, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, regendo-se pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pelo estabelecido neste Edital.

1 – DO OBJETO.

1.1 – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA QUE ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, REGULARMENTE REGISTRADO EM SEU CONSELHO REGIONAL, PRESTE SERVIÇOS DE ATIVIDADES CORPORAIS, ESPORTIVAS E DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFERENCIADOS PELO CRAS DE CEDRAL-SP, conforme especificações constantes no anexo I deste edital.

2 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 – A despesa com o objeto especificado no item I onerará a seguinte dotação do exercício de 2018:

- Nota de Reserva Orçamentária n.º 4834, Ficha n.º 72, Unidade: 020400 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Funcional: 08.243.0007.0018.0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, Código de Aplicação: 510 000, Fonte de Recurso: 0 0100.

3 – DO SUPORTE LEGAL.

3.1 – Esta licitação será regida pelas condições especiais constantes deste Edital, e gerais dispostos na legislação vigente, em especial a Lei Federal n.º 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

4.1 – Poderão participar todas as pessoas jurídicas que estiverem de acordo com o presente edital.

4.2 – Não será admitida a participação neste certame das seguintes pessoas jurídicas:

1 – em consórcio;

2 – que estejam em recuperação judicial¹ (exceto as que apresentarem o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor) ou extrajudicial,

3 – as elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4 – suspensas de licitar com o Município de Cedral ou declaradas inidôneas, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02; e,

6 – que não estejam em consonância com as disposições do Código Civil de 2002, a teor do seu artigo 2031.

4.3 – Os benefícios do Decreto Federal nº 8.538/15, referente às microempresas/empresas de pequeno porte/sociedades cooperativas de consumo/microempreendedor individual, serão concedidos de forma exclusiva, podendo participar do certame somente as pessoas jurídicas assim declaradas de acordo com o Decreto Federal aqui mencionado.

5 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA.

5.1 – A Comissão Julgadora de Licitação receberá os envelopes contendo os documentos de Habilitação e Proposta, na Seção de Licitações, localizada no Prédio Sede da Prefeitura, na Avenida Antônio dos Santos Galante, n.º 429, Centro, CEP 15.895-000, até o dia **13/12/2018 às 14:00 horas.**

6 – DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1 – O prazo de vigência contratual e da prestação dos serviços será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei..

6.2 – Os serviços deverão ser executados conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

7 – DO CREDENCIAMENTO/DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DEMAIS PROCEDIMENTOS.

7.1 – Na data e horário estabelecidos para a sessão de abertura desta Licitação, a Comissão de Licitação dará início aos trabalhos.

7.2 – A proponente poderá se fazer representar na reunião de abertura dos envelopes das seguintes formas:

a) – Por pessoa devidamente credenciada, conforme modelo constante no Anexo IV, acompanhado da cópia autenticada do contrato social ou instrumento legal;

¹ SÚMULA Nº 50 do TCE/SP- Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

b) – Mediante instrumento de procuração com poderes para participação, inclusive para impetrar ou desistir de eventuais recursos juntamente com cópia autenticada do contrato social ou instrumento legal; ou

c) - Cópia autenticada do contrato social quando se tratar de sócio/representante legal.

7.2.1 – A pessoa jurídica participante, MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO, para o credenciamento, também deverá apresentar, sob pena não credenciar:

a) – Declaração sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](#) ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que deverá ser assinada por seu representante legal, conforme Anexo VI do edital.

7.2.2 – O instrumento de procuração/credenciamento deverá ser entregue à Comissão Julgadora de Licitação no ato do protocolo dos envelopes.

7.2.3 – Quando for apresentado documento digital, onde a autenticação e veracidade da informação deva ser verificada em sites específicos, as pessoas jurídicas devem sempre portar o original ou uma cópia autenticada, para que caso haja problemas com o site ou incompatibilidade de informações, os documentos possam ser averiguados.

7.2.4 – Quando os licitantes optarem por autenticação de documento do credenciamento através de servidor público, deverá ocorrer da seguinte forma:

1 – Deverão ser apresentados na Seção de Licitações, localizada no Prédio Sede da Prefeitura, na Avenida Antônio dos Santos Galante, n.º 429, Centro, CEP 15.895-000 as cópias simples para serem autenticadas, juntamente com o documento original, com até 2 dias úteis de antecedência da sessão do certame, visto que não haverá autenticação fora do prazo estabelecido.

2 – O Município de Cedral, não fará fotocópias dos documentos que deverão ser autenticados por servidor público, devendo os licitantes já trazerem a referidas cópias simples para serem conferidas com o documento original e posteriormente autenticadas.

7.4 – O envelope com os documentos de Habilitação deverá seguir o constante no Anexo II do edital e o envelope contendo a proposta deverá seguir o constante no Anexo III, e deverão ser entregues até o prazo estipulado, identificados conforme abaixo:

Município de Cedral Nome da pessoa jurídica: Endereço: CNPJ: CONVITE N.º 12/2018 Envelope N.º 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	Município de Cedral Nome da pessoa jurídica: Endereço: CNPJ: CONVITE N.º 12/2018 Envelope N.º 2 – PROPOSTA
--	---

7.5 – Quando for apresentado documento digital, onde a autenticação e veracidade da informação deva ser verificada em sites específicos, as pessoas jurídicas devem sempre portar o original ou uma cópia autenticada, para que caso haja problemas com o site ou incompatibilidade de informações, os documentos possam ser averiguados.

8 – PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS.

8.1 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.

9 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO.

9.1 – Será declarada habilitada a pessoa jurídica que atue efetivamente no ramo de atividade do objeto e cumprir as exigências do presente Edital.

10 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA.

10.1 – O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e caso haja empate entre duas ou mais propostas, será procedido sorteio da mesma sessão pública.

11 – DOS RECURSOS.

11.1 – Aos interessados caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

12 – DO PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO.

12.1- A pessoa jurídica vencedora do presente certame será notificada para assinatura do contrato, devendo comparecer em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

12.2 – O não cumprimento das condições dispostas nesta cláusula ou o não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo fixado na notificação ou a prática de qualquer ato por parte da pessoa jurídica vencedora, que inviabilize a contratação, implicará em sua automática desclassificação, ficando a mesma impedida de participar de futuras Licitações, sujeitando-se, ainda, às sanções conforme disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13 – FORMA DE PAGAMENTO.

13.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias, após a emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

14 – DA RECOMPOSIÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

14.1 – Não haverá recomposição e reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado e aceito pela outra parte.

14.2 – O contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, o marco inicial para o cálculo de reajuste será a data base da Proposta pelo índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, desde que não haja outro índice específico.

14.3 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.4 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14.5 – Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços, bem como referente ao valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15 – ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES.

15.1 – As dúvidas surgidas na aplicação do presente Edital, bem como os casos omissos serão resolvidas pela Comissão Julgadora de Licitação à luz da legislação vigente.

15.2 – Os pedidos de esclarecimentos e impugnações relacionados com a Licitação deverão ser solicitados por escrito, e encaminhados ao Município de Cedral, aos cuidados da Comissão Julgadora de Licitação, através do e-mail: licitacao@cedral.sp.gov.br.

15.3 – Não sendo formulado nenhum pedido de esclarecimento/impugnação pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos Documentos de Habilitação e Proposta, não cabendo, portanto, às proponentes, direito a qualquer reclamação posterior.

15.4 – As interpretações, correções e/ou alterações elaboradas serão comunicadas da mesma forma que se deu o texto original, em forma de aditamento, do qual passarão a fazer parte integrante, observadas as condições do parágrafo 4º, do artigo 21 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

15.5 – Somente terão valor as interpretações, correções e/ou alterações escritas, fornecidas pela Comissão Julgadora de Licitação.

16 – DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO.

16.1 – A homologação/adjudicação deste Convite será feito pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS.

17.1 – Não serão aceitas as propostas que não atenderem a todas as especificações contidas neste Edital, ou que ofereçam vantagens ou descontos que nele não estejam previstos.

17.2 – O poder público tem o direito de recusar todas as propostas ou ainda, homologar parcialmente o objeto desta, sem que caiba ressarcimento de qualquer espécie.

17.3 – Uma vez iniciada a abertura das propostas, não serão admitidas quaisquer retificações, nem juntada de documentos que possam influir no resultado da licitação.

17.4 – Em qualquer fase do certame, a Comissão Julgadora de Licitação poderá solicitar, a seu juízo, explicações e ou comprovações que julgar necessário, junto aos participantes do certame.

17.5 – A pessoa jurídica vencedora deste certame será a única responsável por eventuais danos ou acidentes que vier a causar a terceiros, bem como por todos os encargos e despesas trabalhistas.

17.6 – Em caso de inexecução total ou parcial do contrato serão aplicadas as seguintes sanções, sem prejuízo de outras cabíveis em lei, especialmente a Lei nº 8.666/93:

- a) – **Multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato;
- b) – **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,
- c) – **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar com o Município em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

17.8 – São anexos do Edital:

I – Memorial descritivo;

II – Relação dos Documentos de Habilitação;

III – Forma de Elaboração da Proposta;

IV – Modelo de referencial de Credencial;

V – Modelo de Declaração expressa que a pessoa jurídica não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;

VI – Modelo Referencial de Declaração de Enquadramento na situação de “ME” ou “EPP”;

VII – Minuta do Contrato.

19.9 – Para o conhecimento público, expede-se o presente Edital, cumprindo-se os Termos da Lei nº 8.666/93.

Prefeitura Municipal de Cedral, 05 de dezembro de 2018; 88.º Ano de Emancipação Político-Administrativa.

PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL/SP

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Objeto

Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) a 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.

2 – Justificativa

Considerando a Política Nacional de Assistência Social, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, se faz necessário e indispensável a contratação de pessoas com formação em Educação Física, regularmente cadastrado no CREF, visando desenvolver atividades corporais, esportivas e de fortalecimento de vínculos para atender 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes no município.

3 – Objetivo

Garantir espaços de socialização e de fortalecimento de vínculos Sociais e Comunitários, por meio de ações integradas da Política Nacional de Assistência Social, da Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, bem como demais instrumentos legais.

Além disso, desenvolver capacidades motoras, como: ritmo, equilíbrio, agilidades, força, velocidades, flexibilidade e responsabilidades social.

4 – Descrição dos Itens

Item	Carga Horária Semana 1	Carga Horária Mensal	Descrição	Valor Mensal	Valor Global
1	22	88	Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.	2.200,00	26.400,00
2	08	32	Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) a 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.	800,00	9.600,00
3	12	01	Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) a 17 (dezesete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.	1.200,00	14.400,00

5 – Público Alvo

Atender crianças e adolescentes de ambos os sexos, referenciados pelo CRAS.

6 – Execução dos Serviços

Os serviços serão executados em locais definidos pelo CMDCA e Prefeitura Municipal.

7 – Quadro de Horários

A escala de aulas será definida pela Diretora de Projeto Sócioeducacional, que poderão incluir atividades aos sábados, domingos e feriados, sempre que necessário, além do acompanhamento em festivais.

8 – Qualificação Técnica

A empresa deverá possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior em Educação Física com registro no CREF ou profissional com experiência na área com registro no CREF, para o desenvolvimento do objeto.

9 – Atividades a serem desenvolvidas

Alongamentos e aquecimentos específicos, aulas teóricas (regras), fundamentos e táticas de natação, organização de festivais, oficina de convivências social.

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

A N E X O II – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO deverá conter:

1) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Em se tratando de empresário individual**, registro na Junta Comercial;
- b) **Em caso de sociedade empresária**, ato constitutivo registrado na Junta Comercial, bem como alterações contratuais que constem o nome do administrador ou ato separado de sua designação e, em sendo sociedade anônima, acompanhada de documento de eleição de seus atuais administradores. Fica facultada a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, em substituição aos documentos anteriores mencionados, contendo resumo das disposições do ato constitutivo e suas alterações que estejam em vigor.
- c) **Em caso de sociedade simples**, inscrição do ato constitutivo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, acompanhado da prova de quem exerce sua administração; e,
- d) decreto de autorização, em se tratando de pessoa jurídica ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.**
- d) – MEI – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual.

1.1 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2) – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 2.1 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- 2.2 – prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS);
- 2.3 – prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- 2.4 – prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 2.5 – prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), se for o caso;
- 2.6 – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do **Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**².

2.7 – DA COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL PELAS MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.

2.7.1 – As microempresas/empresas de pequeno porte/microempreendedores individuais/sociedades cooperativas de consumo, caso sejam vencedoras do certame, apenas apresentarão a documentação relativa à regularidade fiscal para efeitos de assinatura de contrato.

2.7.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá após a notificação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.7.3 – A não-regularização da documentação, no prazo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 – Certidão negativa de falência/ recuperação judicial (exceto se for apresentado o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas; e,

4 – OUTROS DOCUMENTOS

4.1 – Declaração expressa da proponente conforme modelo do Anexo V, de acordo com o disposto no **inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, exceto, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

² Incluída pela **Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011**.

5 – OBSERVAÇÕES

5.1 – Todos os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, sendo:

1 – Quando os licitantes optarem por autenticação de documento de habilitação através de servidor público, deverá ocorrer da seguinte forma:

1.1 – Deverão ser apresentados na Seção de Licitações, localizada no Prédio Sede da Prefeitura, na Avenida Antônio dos Santos Galante, n.º 429, Centro, CEP 15.895-000 as cópias simples para serem autenticadas, juntamente com o documento original, com até 2 dias úteis de antecedência da sessão do certame, visto que não haverá autenticação fora do prazo estabelecido.

1.2 – O Município de Cedral, não fará fotocópias dos documentos que deverão ser autenticados por servidor público, devendo os licitantes já trazerem a referidas cópias simples para serem conferidas com o documento original e posteriormente autenticadas.

5.2 – Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente referentes ao mesmo CNPJ apresentado para a proposta, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais; e,

5.3 – As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

A N E X O III – FORMA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

ENVELOPE 2 - PROPOSTA COMERCIAL.

1 - O envelope 2 deverá conter:

DADOS DO LICITANTE		
Proponente:		
CNPJ		
Endereço: Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade/Estado		
CEP:	FONE:	FAX:
E-mail:		
Responsável para assinatura do Contrato:		
Nome:		
Nacionalidade:		
Estado Civil:		
Profissão:		
Data de Nascimento		
RG:		
CPF:		
Endereço: Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade/Estado:		
Dados Bancário da pessoa jurídica		
Banco:		
Agência:		
Conta:		

2 – A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:

2.1 – A proposta deverá ser entregue digitada ou impressa em papel timbrado da proponente, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada por representante legal da pessoa jurídica, devendo ser feita conforme tabela abaixo:

Item	Carga Horária Semana I	Carga Horária Mensal	Descrição	Valor Mensal	Valor Global
1	22	88	Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.		
2	08	32	Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.		

3	Profissional de Educação Física, regularmente registrado no CREF	12	01	Contratação de empresa especializada para realização de atividades corporais, esportivas e de convivência e fortalecimento de vínculos, para 240 (duzentos e quarenta) crianças e adolescentes, de 06 (seis) a 17 (dezessete) anos e 11 (onze) meses, referenciados pelo CRAS.		
---	--	----	----	--	--	--

- 2.1.1 – Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo constar, o valor unitário e valor total, podendo ser utilizado até duas casas decimais após a vírgula.
- 2.1.2 – Incluir todas as despesas e custos relativos à execução do objeto licitado, incluídos os trabalhistas e sociais, de acordo com a Súmula 10³ do TCE/SP.
- 2.2 – É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas.
- 2.3 – No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 2.4 – O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.
- 2.5 – Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 2.6 – Serão rejeitadas as propostas que:
- 2.6.1 – Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação;
- 2.6.2 – Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o Edital.
- 2.7 – A apresentação da proposta comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital.
- 2.8 – A Comissão Julgadora de Licitação poderá solicitar para melhor avaliação, detalhamento das condições de preços unitários que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para os serviços.
- 2.9 – O critério de julgamento da proposta será do tipo menor preço global.

³ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

ANEXO IV
MODELO DE CREDENCIAL

Prezados Senhores:

A pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ sob nº____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, sito à _____, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº ____ e inscrito (a) no CPF sob nº._____, **CREDECIA** o(a) Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº ____ e inscrito (a) no CPF sob nº._____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, sito à _____, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº _____ e inscrito no C.P.F. sob nº _____, para representar-nos, no ato de abertura dos Envelopes “1” - Documentação e “2” - Proposta Comercial, referente ao Processo Licitatório acima citado, podendo para tanto praticar todos os atos necessários para o fiel cumprimento deste credenciamento, bem como, estando investido de poderes para impetrar e desistir de eventuais recursos.

.....

(data)

.....

(representante legal)

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

A N E X O V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, sito à _____, neste ato representada por _____, nacionalidade, estado civil, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito (a) no CPF sob nº._____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

ANEXO VI

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE
MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES
INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO

A ____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº____, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal ____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade RG nº e inscrito no CPF sob nº __, Declara sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](#) ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

_____, _____ de _____ de _____.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA)

CONVITE N.º 12/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2851/2018

ANEXO VII

CONTRATO N.º

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA QUE ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, REGULARMENTE REGISTRADO EM SEU CONSELHO REGIONAL, PRESTE SERVIÇOS DE ATIVIDADES CORPORAIS, ESPORTIVAS E DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFERENCIADOS PELO CRAS DE CEDRAL-SP

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE CEDRAL - SP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 45.093.663/0001-36, com sede à Avenida Antônio dos Santos Galante n.º 429, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Paulo Ricardo Beolchi de Lucas, brasileiro, casado, portador do RG n.º 8.384.343-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 077.503.008-21, residente e domiciliado à Avenida Luiz de Mello, n.º 395, Estância das Paineiras, Nova Cedral, Cedral/SP, CEP 15.895-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica qualificação completa, representada por (qualificação completa), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato decorrente de processo de licitação, conforme **CONVITE N.º 12/2018**, originado do Processo Administrativo n.º 2851/2018, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA QUE ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA, REGULARMENTE REGISTRADO EM SEU CONSELHO REGIONAL, PRESTE SERVIÇOS DE ATIVIDADES CORPORAIS, ESPORTIVAS E DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFERENCIADOS PELO CRAS DE CEDRAL-SP, conforme especificações constantes no anexo I do edital, que é parte integrante e indissociável deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DOTACÃO

2.1 – O valor do presente contrato é de **RS\$.....**, conforme proposta apresentada.

2.2 – A despesa com o objeto especificado no item 1 onerará a seguinte dotação vigente do exercício de 2018:

- Nota de Reserva Orçamentária n.º 4834, Ficha n.º 72, Unidade: 020400 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Funcional: 08.243.0007.0018.0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, Categoria Econômica: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, Código de Aplicação: 510 000, Fonte de Recurso: 0 0100.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O pagamento será efetuado mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

CLÁUSULA QUARTA – DA RECOMPOSIÇÃO E REAJUSTE DE PREÇOS

4.1 – Não haverá recomposição e reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado e aceito pela outra parte.

4.2 – O contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, o marco inicial para o cálculo de reajuste será a data base da Proposta pelo índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, desde que não haja outro índice específico.

4.3 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser

utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.4 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

4.5 – Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços, bem como referente ao valor remanescente, sempre que este ocorrer.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1 – O prazo de vigência contratual e da prestação dos serviços será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei.

5.2 – Os serviços deverão ser executados, de acordo com as especificações constantes no Anexo I do edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 – A Fiscalização da execução do presente Contrato ficará a cargo da Coordenadoria Municipal de Assistência Social, que deverá ter amplo acesso aos serviços e aos documentos referentes ao contrato, mantendo o número de fiscais que julgar necessário.

6.2 – A Contratante descontará do correspondente pagamento, com base nos preços constantes na proposta apresentada, o valor de qualquer serviço considerado em desacordo com o previsto nas Especificações Técnicas.

6.3 – A fiscalização dos serviços pela Contratante não exonera nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.4 – O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, para verificar se está de acordo com o exigido no edital, e em caso negativo, a contratada deverá efetuar as devidas correções imediatamente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – São Obrigações da Contratada:

a) – Cumprir todo o disposto no edital;

b) – Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados ao Município de Cedral, a terceiros, bem como ao Patrimônio Público;

c) – Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do cumprimento do Contrato, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício; e

d) – Manter durante a vigência do contrato, todas as condições exigidas no edital.

7.1.2 – A qualidade dos serviços será de inteira responsabilidade da contratada.

7.2 – Do Município

a) – Prestar todos os esclarecimentos necessários para a Execução do objeto do contrato;

b) – Promover a fiscalização do produto;

d) – Promover o pagamento na época oportuna conforme avençado no presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

8.1 – A inexecução do contrato configura-se de forma total ou parcial. Assim, quaisquer dos motivos constante no artigo 78 da lei 8.666/93, podem ensejar a rescisão do contrato, devendo observar o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA NONA – DA CLÁUSULA PENAL

9.1 – Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa:

9.1.1 – **Multa de até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato;

9.1.2 – **Suspensão do direito de licitar** e de contratar com o Município pelo prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da natureza e gravidade da falta, consideradas as circunstâncias e interesse da própria municipalidade; e,

9.1.3 – **Declaração de idoneidade** para licitar e contratar com o Município em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

9.2 – As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório, porém, moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Contratante.

9.3 – As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

9.4 – Os valores básicos das multas notificadas pela Contratante serão descontados através documentos emitidos pela municipalidade.

9.5 – Enquanto a Contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a Contratante reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 – O presente contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O presente contrato vincula-se ao edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Eleggem as partes, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, não resolvidas administrativamente, o foro da Cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2 – Estando as partes, assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com único efeito, na presença das 02(duas) testemunhas abaixo identificadas.

Prefeitura Municipal de Cedra-SP, de de 2018; 88.º Ano de Emancipação Político-Administrativa.

**MUNICÍPIO DE CEDRAL
PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME:
R.G. n.º:

NOME:
R.G. n.º: